

Educação após Auschwitz: uma resenha

Education after Auschwitz: a review

ADORNO, Theodor W, (2003). “Educação após Auschwitz”. In: Educação e Emancipação. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. Tradução de Wolfgang Leo Maar p. 119-138.

Daniela Lopes Lacerda ¹

Elana Karen de Almeida Cunha Martins ²

Nayara de Oliveira Matos ³

EDUCAÇÃO APÓS AUSCHWITZ, de Theodor Adorno, um filósofo, sociólogo, musicólogo e compositor alemão. É um dos expoentes da chamada Escola de Frankfurt, juntamente com Max Horkheimer, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, entre outros. O autor inicia o texto com a exigência que Auschwitz não se repita no âmbito educacional, enfatizando que tal barbárie representa a regressão, critica o extermínio populacional planejado, trazendo exemplos semelhantes aos de Auschwitz, referindo-se principalmente à educação infantil e ao esclarecimento geral como alvos dessa conscientização.

De acordo com o autor, a pouca consciência representa o risco da repetição da barbárie, motivo pelo qual as metas educacionais devem fundamentar-se, sobretudo, nas transformações das condições que possam servir de cenário para uma nova crise de intolerância, como foi Auschwitz. Daí se extrai o perigo da formação antagônica de uma civilização formadora do anticivilizatório, conforme preceitua Freud, nos ensaios “*o mal-estar na cultura*”, cuja conclusão é a de que não só a civilização, mas a própria cultura humana implicam em uma diminuição na felicidade dos indivíduos, tendo como subproduto um alienável e generalizado sentimento de culpa e “*Psicologia das massas e análise do eu*”, onde a identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota

¹Advogada, Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Aluna Especial, na Disciplina Direitos Humanos Socioambientais do Mestrado em Ciências da Sociedade na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Pesquisadora Voluntária no Projeto Nascer em Santarém, da Clínica de Direitos Humanos vinculado à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).E-mail:danielalopeslacerda@live.com

²Licenciada em Ciências Biológicas pela Fit (Faculdades Integradas do Tapajós).E-mail: elana-aae@gmail.com

³Farmacêutica, bacharel em farmácia pelo Instituto esperança de ensino superior (lespes), aluna do 5º semestre do curso de nutrição, pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Pós graduada em farmacologia clínica e prescrição farmacêutica, pelo Instituto Brasil de pós graduação (Ibras).E-mail: naymatos_farmacautica@hotmail.com

expressão de um laço emocional com outra pessoa, segundo Adorno, mereciam mais ampla divulgação.

É preciso reconhecer que, episódios como os de Auschwitz não são fenômenos superficiais, e sim deformidades históricas. Eventos semelhantes ocorreram já na primeira Guerra Mundial, em que o Movimento Turco dirigido por Enver Pascha e Talaat Pascha ordenaram o extermínio de mais de um milhão de armênios, fato “abafado” por autoridades militares e governamentais em que o nacionalismo agressor em muitos países no fim do século XIX, originou práticas genocidas, assim como a bomba atômica que, até os dias atuais, embora transmutadas, compartilham da mesma essência. A limitação dos pressupostos objetivos, a saber, políticos e sociais geradores de acontecimentos como Auschwitz, direciona o apelo para o lado subjetivo no que concerne à descoberta dos motivos que levaram os perseguidores às práticas horrendas, depreciativas do outro e desprovidas de autorreflexão.

A criticidade precisa ser estimulada desde a educação direcionada à primeira infância, para o autor os estudos psicológicos apontam que, nesta fase é formado o caráter dos indivíduos, inclusive os tendenciosos às práticas criminosas. Vivemos em um paradoxo de uma interconexão solitária, de uma integração desagregadora, em que a falta de reconhecimento diminui o potencial de resistência, facilitando a cooptação fragilizadora. Ao falar da educação após Auschwitz, o autor refere-se a duas questões: em primeiro lugar à educação infantil, em seguida ao esclarecimento geral, com o intuito de produção intelectual conscientizadora a partir de apontamentos históricos que precisam ser repensados para não serem reprisados. Nesse sentido, o espírito germânico de confiança na autoridade causador do Nazismo e também de Auschwitz, conhecido por ser o local de extermínio dos judeus praticado pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, o aval cedido aos modelos de autoridades com discurso destrutivo, coaduna-se com a incapacidade de autodeterminação experimentada por grupos desesperançosos.

Assim, o resgate dos vínculos de compromissos representa verdadeiro passaporte moral, desde que, dissociados de subterfúgios em suas reais intenções. A ausência de confiabilidade compromete a afinidade, chegando ao ponto de romper a própria essência dos indivíduos, usurpando-lhes a própria autonomia, resultando na mitigação

da consciência, já apontava Michel Foucault, ao analisar o discurso como forma de poder e dominação, a saber:

Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos de poder. Portanto, regras de direito, mecanismos de poder, efeitos de verdade, ou regras de poder e poder dos discursos verdadeiros, constituem aproximadamente o campo muito geral que escolhi percorrer apesar de saber claramente que de maneira parcial e ziguezagueando muito. (FOUCAULT, 1979, p. 180).

Utilizando-se das palavras de Kant, ou autor aponta o poder para a reflexão, a autodeterminação, a não-participação, ou seja, a autonomia como o único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz. O confronto com o horror é camuflado pelo discurso de poder, como estratégias de controle social, Foucault alerta que mesmo diante de um discurso restrito é possível um amplo alcance, desde que, atenda, naquele momento os anseios dos seus espectadores/expectadores.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, **aquilo que é o objeto do desejo**; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, **o poder do qual nos queremos apoderar** (FOUCAULT, 1996, p. 10) (grifo nosso)

Adorno alerta ainda sobre a defasagem cultural, estimulada pela disparidade persistente pela diferença cultural que subsiste entre o urbano e o rural, ao mencionar o livro “O Estado da SS” de Eugen Kogon, em que se observou que os algozes dos campos de concentração, eram em sua maioria, jovens filhos de camponeses, sendo o insucesso da desbarbarização representado pela falta de acesso e oportunidades. Segundo o autor, a desbarbarização do campo deve ser um dos objetivos educacionais contemporâneos, atentando-se para que o impacto da modernidade seja proporcional ao nível de consciência em que se encontrem, para que não haja o efeito contrário e desintegrador.

A proposta de transformação na educação campestre norteia-se a partir de transmissões televisivas proporcionais ao estado de consciência existente, associados ao voluntariado educacional móvel, a fim de minimizar as disparidades de acesso mediante

discussões, cursos e ensino suplementar. Mas, as tendências regressivas não afetam apenas o campo, os grandes centros urbanos acomodam pessoas com traços sádicos reprimidos, facetas da tendência social geral. Nesse sentido, o autor cita a obra que escreveu juntamente com Horkheimer, “Dialética do Esclarecimento”, onde a barbárie, provida de roupagem científica e racional, domina as esferas da vida de maneira imperceptível. Passa a ser incentivada e apoiada pelas massas, incapazes de perceberem que o avanço científico trouxe consigo a permanente exploração de seus corpos e de suas almas. Fazendo alusão ao esporte, o autor estimula a reflexão quanto à sua ambiguidade, em que alguns momentos se posicionam contrário à barbárie a partir de um jogo justo (*fairplay*) proporcionado pelo respeito ao próximo, em certas modalidades a brutalidade se evidencia inclusive nos torcedores que começam com palavras depreciativas até chegarem as vias de fato, nos casos extremos.

Outra recomendação do autor em relação ao perigo da volta de Auschwitz está intrinsecamente ligada à resistência dos grupos, a partir do esclarecimento dos objetivos das coletividades arbitrárias que escondem a institucionalização da violência nas chamadas “culturas populares”, a saber, hábitos e costumes, a fim de justificarem a sua propagação. A exemplo do que acontecia nos campos de concentração, como Auschwitz, em que as práticas genocidas eram cultivadas e incutidas entre os nazistas em nome dos “costumes”, mediante o discurso “ideal” de educação baseada na severidade, em que a disciplina e a força excessiva seriam capazes de constituir o modelo adequado de formação humana. A disseminação da indiferença à dor alheia proporcionada pela ausência de reconhecimento e identificação, resultou e resulta até os dias atuais no extermínio de grupos inteiros. Para tanto, o autor indica a seriedade do modo educacional baseado no conhecimento filosófico de não repressão do medo, o combate aos seus efeitos deletérios significa o início do percurso de um caminho rumo à autodeterminação.

O caráter manipulador, ou seja, a personalidade autoritária, também foi alvo de estudos do autor, cuja conclusão remete à consciência coisificada, em que, os seus adeptos, inicialmente consideram-se coisas, para depois considerarem os outros do mesmo modo. Ao citar, Paul Valéry, o autor faz um resumo acerca da observação que, embora historicamente remeta a pouco antes da última guerra mundial, representa muito bem o que atualmente vivenciamos, a saber: “*a desumanidade terá um grande futuro*”. Dentre

as propostas realizadas por Adorno, a Psicanálise demonstra-se como uma das principais para a análise da formação do caráter manipulador nos culpados por Auschwitz, reconhecendo ser uma tarefa, no mínimo desafiadora, o autor menciona que, durante as investigações muitos deles não demonstram o mínimo de remorso, já que se consideram “velhos nazistas”. Chama-se a atenção para a aprendizagem equivocada sobre o caráter manipulador, no que concerne a algo intrínseco à natureza, ou seja, imutável, desprezando-se a possibilidade de ser apreendido como um processo de formação.

A barbárie também se relaciona com o “véu tecnológico”, em que a frieza humana fragmenta a capacidade de amar o próximo, o tecnicismo exacerbado consolidado pela indiferença, faz com que episódios como os de Auschwitz aconteçam, e o que é pior, muitas vezes se repitam. Silenciar o terror tem sido a utopia da humanidade, alerta o autor, e a aquisição da consciência dos fatores que geram a frieza, assim como o entendimento do caráter patogênico de alguns traços culturais, a preocupação com o nacionalismo ressurgente, a resistência manifestada e, por fim, a indagação por condições específicas e históricas das perseguições, quando suscitadas, inquietarão as formas políticas de dominação.

No Brasil, é possível identificar a repetição de Auschwitz no “nacionalismo exclusivista” promovido por alguns setores das forças armadas, evidenciado pela oposição à demarcação e homologação das terras indígenas, na construção da hidroelétrica de Belo-Monte, em Altamira-PA, cuja problemática se instaura na promoção de uma inação identitária provocada pelo etnocídio disfarçado de “progresso”, no período ditatorial, em que a censura, a perseguição política e a supressão dos direitos constitucionais, representavam o “controle nacional”, no antissemitismo como prática do crime de racismo no caso Ellwanger, escondido atrás da “liberdade de expressão” e na negação do holocausto, entre outros. O fato é que, sempre será mais cômodo negar os episódios violentadores dos direitos humanos fundamentais, do que combatê-los, evitá-los ou, não os reprisar. A não repetição de Auschwitz, somente será possível, após a reforma crítica da educação, a exposição da verdade, o fortalecimento da resistência e, principalmente com o restabelecimento da cidadania, aquele direito a ter direitos evocado por Arendt, que nos faz acreditar não só na reconstrução dos direitos humanos em sentido amplo, mas da própria dignidade.

Referências

FOUCAULT, Michel. A Ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

———. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

———. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

———. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREGAPANI, Gelio. Amazônia 1996:soberania ameaçada. Brasília: Thesaurus Editora, 1995.

LAFER, Celso; “Parecer. O caso Ellwanger: anti-semitismo como crime da prática do racismo”; in: A internacionalização dos direitos humanos: Constituição racismo e relações internacionais; São Paulo: Manole, pp.33-88.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. in: Estudos Avançados, v. 11, n. 30, p. 55-65, 1 ago. 1997. Disponível em:<http://www.dhnet.org.br/direitos/filosofia/arendt/lafer_arendt_reconstrucao_dh.pdf> Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

NOVAES, Tulio Chaves. “ Belo Monte: protótipo de um extermínio étnico anunciado”, in: Índios no Brasil: vida, cultura e morte. São Paulo: Intermeios, 2018, págs. 199-216.

SIQUEIRA, Vinícius. A Dialética do Esclarecimento – Adorno e Horkheimer: uma resenha. Disponível em: < <https://colunastortas.com.br/a-dialetica-do-esclarecimento-adorno-e-horkheimer-uma-resenha/> > Acesso em: 03 de dezembro de 2019.